

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 917.589 SÃO PAULO

RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
RECTE.(S) : MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ
RECDO.(A/S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO: O Plenário do Supremo Tribunal Federal, após reconhecer a existência de repercussão geral da questão constitucional igualmente versada na presente causa, julgou o RE 599.176/PR, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA, nele proferindo decisão consubstanciada em acórdão assim ementado:

“CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA. INAPLICABILIDADE À RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA POR SUCESSÃO. ART. 150, VI, A DA CONSTITUIÇÃO.

A imunidade tributária recíproca não exonera o sucessor das obrigações tributárias relativas aos fatos jurídicos tributários ocorridos antes da sucessão (aplicação ‘retroativa’ da imunidade tributária).

Recurso Extraordinário ao qual se dá provimento.”

O exame da presente causa evidencia que a decisão proferida nestes autos diverge da diretriz jurisprudencial que esta Suprema Corte firmou na matéria em referência.

RE 917589 / SP

Sendo assim, pelas razões expostas, **conheço** do presente recurso extraordinário, **para dar-lhe provimento**, em ordem a **determinar** o **regular** prosseguimento do feito.

Publique-se.

Brasília, 08 de outubro de 2015.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator